

privativa de liberdade, por sentença definitiva.

- C) Se o agente tiver sido beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos do art. 76, da Lei nº 9.099/1990.
- D) Acolhendo a proposta do Ministério Público, aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que implica em todos os efeitos legais, inclusive em reincidência.
- E) Acolhendo a proposta do Ministério Público, aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que deverá constar da certidão de antecedentes criminais.
46. Nos termos da Lei nº 9.099/1990, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Na fase de execução também não serão contadas custas, salvo quando:
- A) Reconhecida a ocorrência de ato atentatório à dignidade da justiça.
- B) Julgados procedentes os embargos do devedor.
- C) Tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso provido do devedor.
- D) Reconhecida a litigância de má-fé.
- E) Todas as alternativas anteriores.
47. Sobre a sistemática e a competência dos juizados especiais criminais, podemos afirmar que:
- A) O Juizado Especial Criminal, provido apenas por juizes leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- B) O Juizado Especial Criminal, provido por juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, não devendo observar as regras de conexão e continência.
- C) O Juizado Especial Criminal, provido por juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento, mas não para a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.
- D) O Juizado Especial Criminal, provido por conciliadores e juizes leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- E) O Juizado Especial Criminal, provido por juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
48. Assinale a alternativa correta, considerando as disposições sobre os juizados especiais da Fazenda Pública, nos termos da Lei nº 12.153/2009.
- A) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor de 40 (quarenta) salários-mínimos;
- B) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- C) O juiz poderá deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação apenas a requerimento das partes.
- D) Admitem-se como autores as pessoas físicas e as microempresas, mas não as empresas de pequeno porte.
- E) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência

mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

ÉTICA

49. O Código de Ética Profissional é o conjunto de normas éticas que **devem ser seguidas pelos profissionais no exercício de seu trabalho**. Neste sentido, a Resolução nº 174, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresenta um conjunto de normas para o Juiz Leigo.

No Código de Ética dos Juizes Leigos a palavra 'abster-se' tem relevância. Abaixo estão listadas situações no campo profissional em que a palavra pode ser aplicada. Assinale a alternativa que não corresponde.

- A) O Juiz Leigo em sua atuação demonstra capacidade jurídica, filosófica e sociológica e ao perceber a admiração dos que estão na sala de audiência, resolve falar do bom advogado para a realização da justiça e que conhece um grupo de advogados populares da universidade, como exemplo.
- B) O processo do cliente está complicado e pode resultar em perda; o Juiz Leigo, com a intenção de encaminhar o cliente para uma situação mais favorável, por ver nela a situação de melhor justiça, suspende a audiência e sugere, caso o cliente deseje mais informações sobre seu processo, que o procure em seu escritório de advogado.
- C) A primeira audiência coloca lado a lado um determinado comprador de uma casa e seu proprietário. A negociação não foi efetivada por motivo financeiro do comprador, mas este tinha repassado 80% do valor do imóvel. Por outro lado, o proprietário não tem como devolver o dinheiro pago. Os dois estão a debater na sala, quando o Juiz Leigo, afetado com a situação, informa que a casa terminará com o comprador, por questão de justiça.
- D) Um acidente de trânsito está a ser analisado pelo juizado de pequenas causas. O Juiz Leigo ouve as partes envolvidas: prefeitura, "o suspeito de causar o acidente" e a "vítima". A prefeitura, por ser responsável pelo semáforo, que não funcionava corretamente no momento. A suposta vítima, que exigia ressarcimentos financeiros das outras partes, o que o juiz achou razoável e passou imediatamente a perguntar à 'suposta vítima' que outros valores, além dos indicados no processo, ela aceitaria.
- E) Juiz Leigo deve informar às partes, no início das sessões de conciliação e das audiências de instrução e julgamento, sua condição de auxiliar da justiça subordinado ao juiz togado.
50. Conforme expresso no Código de Ética de Juizes Leigos (anexo II, da Resolução nº 174, de 12 de abril de 2013), são deveres dos Juizes Leigos, sem prejuízo daqueles estabelecidos pelo respectivo Tribunal, exceto:
- A) Zelar pela dignidade da Justiça.
- B) Velar por sua honra e reputação pessoal e agir com lealdade e boa-fé.
- C) Abster-se de informar às partes, de forma clara e imparcial, os riscos e consequências de uma demanda judicial.
- D) Respeitar o horário marcado para o início das sessões de conciliação e das audiências de instrução.
- E) Abster-se de fazer pré-julgamento da causa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ - EJUD

SELEÇÃO PÚBLICA PARA JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES

JUIZ LEIGO

Informações Gerais:

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões;
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta: nome, função a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal;
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, **preta**;
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada, no cartão-resposta.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato;
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado;
- Não haverá substituição de cartão-resposta.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique imediatamente ao fiscal;
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão-resposta.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação da seleção pública.

LÍNGUA PORTUGUESA

- A fórmula: "Nestes termos, pede deferimento." Mantida em texto da redação oficial, que integra o Manual de Redação da Presidência da República é componente de:
 - Memorando
 - Ofício
 - Relatório
 - Memorial
 - Requerimento
- Na estrutura linguística: a sentença sempre satisfaz às partes. O termo em destaque tem como classe e função sintática, respectivamente:
 - Advérbio e adjunto adverbial
 - Adjunto adverbial e advérbio
 - Substantivo e predicativo
 - Predicativo e substantivo
 - Adjetivo e objeto direto
- O conceito de oração tem como requisito:
 - Sentido completo
 - Presença de verbo
 - Ordem inversa
 - Ordem direta
 - Subordinação
- Entre os enunciados abaixo marque o único que atende ao conceito de oração.
 - Que prova fácil!
 - Que prova complicada!
 - A prova durou três horas.
 - Silêncio durante a prova.
 - Atenção à prova.
- De acordo com a nova reforma ortográfica da língua portuguesa, marque a palavra em que o hífen está empregado adequadamente:
 - Sub-delegado
 - Co-autor
 - Co-réu
 - Boa-fé
 - Juris-consultor
- Sobre as expressões atenciosamente e respeitosamente, pode-se afirmar que:
 - Foram abolidas como fecho de tratamento nas correspondências oficiais.
 - Foram essas expressões que motivaram as últimas alterações no manual de redação da presidência da república.
 - Caíram em desuso como fecho de expedientes da redação oficial.
 - São as únicas formas de fecho de expedientes recomendadas pelo manual de redação da presidência da república.
 - Nenhuma delas é usada quando o destinatário é o presidente da república.
- É correto afirmar que, na última alteração do Manual de Redação da Presidência da República, foi abolido o gênero textual:
 - Ofício
 - Aviso
 - Memorando
 - E-mail
 - Ofício-circular

- Na frase "toda nudez será castigada." O termo grifado tem função de:
 - Adjunto adverbial
 - Adjunto adnominal
 - Complemento nominal
 - Sujeito
 - Núcleo do sujeito
- "Rezar, comer, dormir e ser mesário nas eleições de 2022, se for convocado." A partícula se tem função de:
 - Partícula expletiva
 - Índice de indeterminação do sujeito
 - Pronome apassivador
 - Parte integrante do verbo
 - Conjunção subordinativa
- No período: "O relator proferiu o voto no processo. Ele usou o princípio da presunção da inocência ante a ausência de provas.", um termo exerce a função de coesão textual conhecida por anáfora. Esse termo é um:
 - Advérbio
 - Adjetivo
 - Artigo
 - Pronome
 - Conjunção

DIREITO PENAL

- Cláudio, vigilante privado e apto ao porte de arma de fogo, vem transitando em direção à entrada de sua residência depois de um longo e exausto expediente. Quando, ao aproximar-se do portão, depara-se, vindo em direção contrária, com Pedrinho "Canivete", um antigo desafeto pessoal, que também é tido como indivíduo bastante perigoso e agressivo pela vizinhança e delegacia local. Nesse instante, sob a iluminação precária da rua, Cláudio vê um objeto na mão de Pedrinho, que pelas condições imperfeitas de visibilidade, parece-lhe um cano de revólver. De modo que, sem hesitar, dispara dois tiros contra seu desafeto, matando-o imediatamente.

Com base no episódio narrado, tem-se que, em defesa de Cláudio, há espécie justificante clássica, descrita expressamente no Código Penal, denominada de:

 - Descriminante putativa.
 - Estrito Cumprimento do dever legal.
 - Coação Moral irresistível.
 - Legítima defesa.
 - Inexigibilidade de conduta diversa.
- João tem amizade de longa data com o vizinho Roberto. E, em consideração à relação de respeito e confiança, empresta dois mil reais para Roberto, que se compromete em reembolsá-lo no prazo máximo de um mês. Contudo, transcorrido o prazo estipulado, Roberto não providencia a devolução do valor emprestado a João. Então, depois de quase dois meses sem resposta às ligações e mensagens, João decide agir, por conta própria, invadindo, na calada da noite, a residência de Roberto com a intenção também de aprender bem com valor correspondente ao empréstimo. No entanto, depois de invadir o imóvel de Roberto, João aborta o plano de apropriação patrimonial alheia, retornando imediatamente de volta para casa. No dia seguinte, ao saber da invasão criminoso de seu imóvel por João, Roberto aciona a autoridade policial da área, requerendo providências cabíveis contra seu agressor.

- substancialmente seu conteúdo.
- A inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.
 - Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2º, do artigo anterior.
 - Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
 - As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.
- Entende-se por superendividamento a:
 - Impossibilidade absoluta de o consumidor, pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.
 - Impossibilidade absoluta de o consumidor, pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial.
 - Situação jurídica do consumidor, pessoa natural, cujo patrimônio seja inferior à soma de suas dívidas de consumo, excetuadas as vincendas, nos termos da regulamentação.
 - Situação jurídica do consumidor, pessoa natural ou jurídica, cujo patrimônio seja inferior à soma de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, nos termos da regulamentação.
 - Impossibilidade absoluta ou relativa de o consumidor, seja pessoa natural ou jurídica, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial ou a manutenção da sua atividade.
 - À luz do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:
 - O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, diante da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
 - O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis ou não duráveis.
 - Prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
 - O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração (teoria menor da desconsideração).
 - As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
 - De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta:
 - Em demanda que trata da responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço (arts. 12 e 14, do CDC), a inversão do ônus da prova decorre de lei (*ope legis*), não se aplicando o

- art. 6º, inciso VIII, do CDC.
- A instituição de ensino superior responde subjetivamente pelos danos causados ao aluno em decorrência da falta de reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação, quando violado o dever de informação ao consumidor.
 - Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, cabe indenização por dano moral, ainda quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.
 - A empresa não responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento em razão da gratuidade do serviço.
 - As agências de turismo respondem solidariamente pela má prestação de serviço de transporte aéreo, na hipótese de compra e venda de passagens sem a comercialização de pacotes de viagens.
- À luz da jurisprudência e da legislação acerca do direito das relações de consumo, assinale a opção incorreta:
 - A devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor, prevista no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor.
 - A operadora do plano de saúde, na condição de fornecedora de serviço, responde solidariamente perante o consumidor pelos defeitos em sua prestação, seja quando os fornece por meio de hospital próprio e médicos contratados ou por meio de médicos e hospitais credenciados.
 - O consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.
 - Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor depois de proceder à inscrição.
 - O prazo prescricional da ação de responsabilidade civil, no caso de acidente aéreo em voo internacional, é de dois anos.

JUIZADOS ESPECIAIS

- Análise as seguintes alternativas à luz dos juizados especiais criminais:
 - A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
 - Os atos processuais serão públicos e não poderão realizar-se em horário noturno, em nenhuma hipótese.
 - Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados, atendidos os critérios oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
 - Todas as alternativas estão corretas.
 - Todas as alternativas estão erradas.
 - Apenas a alternativa I está correta.
 - Apenas as alternativas II e III estão corretas.
 - Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- Nas hipóteses de representação ou ação penal pública incondicionada, nas quais o Ministério Público pode propor aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, conforme a Lei nº 9.099/1990, é correto afirmar que:
 - Na hipótese de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.
 - Se admitirá a proposta, mesmo se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado pela prática de crime à pena

- A) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da livre concorrência, busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- B) Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- C) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- D) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida pública, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- E) O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

DIREITO ADMINISTRATIVO

34. Em decorrência do regime jurídico administrativo que a Administração Pública está vinculada, assinale a alternativa incorreta acerca das características dos órgãos da administração direta:
- A) Gozam de imunidade tributária recíproca.
 - B) Submetem-se à regra do concurso público para nomeação de pessoas.
 - C) Seus contratos gozam de cláusulas exorbitantes.
 - D) Seus bens se sujeitam à penhora ou oneração.
 - E) Seus débitos judiciais são pagos por meio de precatórios judiciais.
35. Acerca da matéria relativa à responsabilidade do Estado, aponte a alternativa correta:
- A) São os requisitos para que o Poder público seja compelido a fornecer medicamentos não registrados na ANVISA: a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil e a inexistência de substituto terapêutico com registro no país.
 - B) Os danos morais decorrentes de responsabilidade civil do Estado podem ser amplamente revistos em sede de recurso especial.
 - C) Não há responsabilidade da Administração Pública pelos danos causados por seus agentes, caso eles estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.
 - D) A responsabilidade do Estado por danos causados por notários e registradores no exercício de suas funções é subjetiva.
 - E) De acordo com o STJ, o emprego de arma de fogo em roubo e sequestro ocorrido em dependência de suporte ao usuário é evento capaz de afastar a responsabilidade da concessionária de rodovia que mantinha tal estabelecimento.
36. Com relação aos Princípios da Administração Pública:
- I. A Administração Pública não possui caráter instrumental, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

- II. O interesse público secundário relaciona-se com o interesse do Estado enquanto sujeito de direitos e obrigações, notadamente ligando-se à noção de interesse do erário.
- III. Tendo em vista o princípio da indisponibilidade do interesse público, não se admite que agentes públicos utilizem a arbitragem como meio de solução de conflitos, sendo que apenas o Poder Judiciário possui legitimidade para tanto.
- IV. A deslegalização é um fenômeno justificado pela crise da democracia representativa, sobretudo no que se refere à inexistência de celeridade e de conhecimento técnico do legislador para tratar de questões complexas sobre a sociedade.

Estão corretas:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.
- E) II e IV.

37. Assinale a assertiva incorreta acerca da Responsabilidade do Estado:
- A) A Constituição Federal não regulamenta a responsabilidade civil do Estado.
 - B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - C) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
 - D) O direito brasileiro não recepciona a responsabilidade civil do Estado por omissão.
 - E) A teoria do risco administrativo admite a exclusão da responsabilidade do Estado em algumas situações.
38. Acerca dos princípios que norteiam o Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:
- A) Princípios expressos que regem a Administração Pública não estão descritos no texto constitucional.
 - B) Ao informar que "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", está-se tratando do Princípio da Autotutela.
 - C) O Princípio da Legalidade para a Administração Pública não comporta a legalidade estrita.
 - D) O Princípio da Supremacia do Interesse Público visa ao atendimento do interesse pessoal de quem pratica o ato administrativo.
 - E) O princípio da motivação, em que todos os atos administrativos devem indicar os fundamentos de fato e de direito, não permite exceção.
- CONSUMIDOR**
39. Acerca do contrato de adesão, prevê o Código de Defesa do Consumidor, exceto:
- A) Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar

Com base nas informações acima e no que preceitua estritamente o Código Penal, qual situação define corretamente o comportamento adotado por João:

- A) Não cometeu crime algum, por desistir, voluntária e tempestivamente, da retenção ilegal do patrimônio de Roberto.
- B) Responderá somente por tentativa de exercício arbitrário das próprias razões.
- C) Há desistência voluntária na conduta de João em não prosseguir na retenção de bem alheio, que afasta o delito de exercício arbitrário das próprias razões, não sendo suficiente, contudo, para isentá-lo da conduta anterior de violação de domicílio.
- D) Há desistência voluntária na conduta de João em abortar a apropriação delituosa de patrimônio de Roberto, o que também desconstitui a invasão domiciliar do imóvel, vez que, pela lógica da consumação, esta ação menor compõe etapa inicial e necessária daquela mais grave.
- E) João se enquadra em descrição de arrependimento eficaz, uma vez que iniciada a invasão do imóvel não haveria mais possibilidade de desistir voluntariamente do delito de exercício arbitrário das próprias razões.

13. De acordo com as normas da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, violência moral é entendida como qualquer conduta que:
- A) Ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher.
 - B) Vise a controlar ações, comportamentos ou crenças da mulher.
 - C) Configure calúnia, difamação ou injúria contra a mulher.
 - D) Configure subtração dos instrumentos de trabalho da mulher.
 - E) Limite ou anule o exercício dos direitos sexuais da mulher.
14. Conforme a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, quando praticados por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica, são crimes, exceto:
- A) Negar ou obstar emprego em empresa privada.
 - B) Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.
 - C) Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
 - D) Discriminar alguém por razões econômicas, sociais ou políticas, em local de trabalho, em público ou em reuniões sociais.
 - E) Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos.

PROCESSO PENAL

15. Sobre provas, assinale a assertiva correta.
- A) A Constituição Federal proclama a inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos, no entanto, não há previsão para inadmissibilidade automática da prova ilícita, dependendo de decisão judicial que declare a ilicitude.
 - B) Em relação à prova emprestada, caso o processo cedente tenha sido anulado, o processo emprestado também deve ser anulado, ainda que as provas não tenham sido valoradas, em razão da falta de condição para o exercício da ação penal.
 - C) Via de regra, o ônus probatório é do ministério público, no entanto, a inversão do ônus da prova tem sido admitida, ficando o acusado, nos casos previstos em lei, nos crimes que deixam vestígios e exigem exame de corpo delito no acusado, com o ônus de provar não ter incorrido nos crimes

- que lhe são imputados.
 - D) À luz do Código de Processo Penal, quando existe a confissão nos autos, é dispensável o exame de corpo de delito, ainda que a infração deixe vestígios.
 - E) Quando a infração deixar vestígios e não sendo possível a realização do exame de corpo delito direto ou indireto, a prova testemunhal não poderá supri-lo.
16. Sobre o tema "Prisões", à luz do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:
- A) A realização da prisão não encontra obstáculo quanto à hora de cumprimento, podendo ser realizada durante o dia ou noite, respeitando-se apenas as restrições relativas à inviolabilidade domiciliar.
 - B) No momento do cumprimento de mandado de prisão preventiva, não pode o acusado incorrer nos crimes de resistência ou fuga, em respeito ao princípio *ne bis in idem*.
 - C) No flagrante impróprio, o agente é preso, logo depois de cometer a infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que presumam ser ele o autor do delito.
 - D) Segundo Cesar Roberto Bitencourt, permanente "é o crime cuja consumação se alonga no tempo, dependente da atividade do agente, que poderá cessar quando este quiser". O crime de Exercício Ilegal de Medicina (art. 282, CPP) é um exemplo de crime permanente.
 - E) Em regra, a prisão preventiva tem cabimento na persecução penal para apuração dos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade mínima superior a 4 (quatro) anos.

17. Majoritariamente tem-se conceituado a ação penal como o direito de pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo ao caso concreto. Sobre a ação penal, pode-se afirmar corretamente que:
- A) O ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contados do dia do fato imputado.
 - B) O Ministério Público poderá desistir da ação penal nas hipóteses de causa excludente da ilicitude do fato, de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade, de extinção da punibilidade ou de atipicidade da conduta.
 - C) A ação penal subsidiária da pública está sujeita ao prazo decadencial de 6 (seis) meses, contados do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.
 - D) A ausência de qualificação do acusado impede o oferecimento da denúncia ou queixa.
 - E) Quando a ação penal for privativa do ofendido, a queixa não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
18. Dentre as medidas despenalizadoras instituídas pela Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, o art. 89, da referida lei, prevê a possibilidade do membro do Ministério Público, ao oferecer a denúncia, propor a suspensão condicional do processo, por dois a quatro anos, desde que preenchidas determinadas condições. Sobre este instituto despenalizador, também denominado de *sursis* processual, assinale a alternativa correta:
- A) Depois de expirado o período de suspensão do curso do processo, o benefício não poderá ser revogado, mesmo quando comprovado que houve descumprimento das condições impostas ou que o beneficiado foi processado por outro crime durante o período de prova.
 - B) A Lei nº 9.009/95 estabelece o dever de reparar os danos como condição obrigatória para suspensão condicional do processo, salvo impossibilidade de fazê-lo.
 - C) Admite-se a suspensão condicional do processo apenas nos delitos definidos como de menor potencial ofensivo.
 - D) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

a suspensão condicional do processo é direito subjetivo do acusado e, portanto, a recusa injustificada do membro do Ministério Público em propô-la autoriza o juiz a oferecer o benefício.

- E) A extinção da punibilidade do agente pelo cumprimento das condições do *sursis* processual pode ser considerada maus antecedentes em processo posterior para fins de exasperação da pena-base.

19. A Lei nº 12.403/11 ampliou significativamente o rol de medidas cautelares de natureza pessoal admitidas no processo penal. Atualmente, além da prisão e da liberdade provisória, a nova redação do art. 319, do Código de Processo Penal, prevê 9 (nove) medidas cautelares diversas da prisão. Sobre o tema, que sofreu recentes alterações pela Lei nº 13.964/19 (Pacote Anticrime), qual a alternativa correta:

- A) Com as alterações trazidas pelo Pacote Anticrime, o juiz poderá decretar a prisão preventiva de ofício no curso da ação penal.
- B) A prisão preventiva é cabível em qualquer crime, independentemente da pena, exceto nos crimes de menor potencial ofensivo.
- C) O descumprimento injustificado de medida cautelar diversa da prisão enseja a decretação da prisão preventiva, além de caracterizar crime de desobediência (art. 330, do Código Penal).
- D) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista.
- E) Não se admite a progressão de regime aos presos preventivamente, pois se trata de benefício relativo à execução definitiva da pena.

DIREITO CIVIL

20. Acerca das regras previstas no Código Civil sobre o condomínio edilício, assinale a alternativa correta.

- A) Institui-se o condomínio edilício por ato entre vivos ou testamento, independentemente de registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- B) O adquirente de unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas e juros moratórios.
- C) A convenção do condomínio somente poderá ser feita por escritura pública.
- D) É possível que algumas unidades imobiliárias do condomínio sejam privadas do acesso ao logradouro público.
- E) É facultativo o seguro de toda a edificação contra o risco de incêndio ou destruição, total ou parcial.

21. Acerca da fiança, marque a alternativa correta de acordo com o Código Civil.

- A) Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- B) Somente se admite fiança se houver expresso consentimento do devedor, a considerar que ninguém é obrigado a contratar sem expressa manifestação.
- C) Não podem ser objeto de fiança as dívidas futuras.
- D) A fiança não pode ser de valor inferior ao da obrigação principal e nem contraída em condições menos onerosas.
- E) Se o fiador se tornar insolvente ou incapaz, extingue-se a obrigação, sem possibilidade de substituição do fiador.

22. Na temática da responsabilidade civil, o Superior Tribunal de Justiça tem adotado postura de fortalecimento de precedentes vinculantes sobre a matéria, inclusive súmulas. Assinale a

alternativa que não corresponde a um dos entendimentos firmados pelo STJ.

- A) As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.
- B) É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
- C) A pessoa jurídica não pode sofrer dano moral.
- D) São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.
- E) Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.

23. O Código Civil adotou a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, com previsão expressa dos requisitos autorizadores no artigo 50, dentre os quais podemos considerar:

- A) Abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade e autorização do Ministério Público.
- B) Abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade e confusão patrimonial.
- C) Desvio de finalidade, confusão patrimonial e falência da empresa.
- D) Autorização judicial, insolvência civil e alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- E) Autorização judicial, desvio de finalidade e existência de grupo econômico.

PROCESSO CIVIL

24. Assinale a alternativa certa, nos termos do CPC:

- A) O juiz proferirá os despachos no prazo de 03 (três) dias.
- B) O juiz proferirá as decisões interlocutórias no prazo de 08 (oito) dias.
- C) Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 01 (um) dia e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.
- D) Nos processos em autos eletrônicos, a juntada de petições ou de manifestações em geral ocorrerá através de ato de serventuário da justiça.
- E) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento, ainda que, havendo apenas 2 (dois) réus, seja oferecida defesa por apenas um deles.

25. No tocante à tutela provisória, é correto afirmar, exceto:

- A) A tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo, independentemente de decisão judicial em sentido contrário.
- B) O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.
- C) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- D) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.
- E) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

26. À luz do Código de Processo Civil, na contagem dos prazos processuais:

- A) Não deve haver suspensão, senão quando requerida pelas partes.
- B) Sempre serão computados somente os dias úteis.
- C) Sendo em dias, serão computados de forma corrida.
- D) Sendo em dias, serão computados somente os dias úteis.
- E) As partes não podem convencionar a forma de sua contagem.

27. Sobre intervenção de terceiros, podemos afirmar, exceto:

- A) Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.
- B) É admissível a denúncia da lide, promovida exclusivamente pelo réu, ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam.
- C) É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu, do afiançado, na ação em que o fiador for réu.
- D) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- E) O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

28. Sobre antecipação da tutela jurisdicional é correto afirmar:

- A) Considera-se tutela provisória a decisão fundada exclusivamente na urgência da medida.
- B) A tutela provisória requerida em caráter antecedente independe do pagamento de custas.
- C) Para a efetivação da tutela provisória, a legislação traz enumeração das medidas que podem ser utilizadas pelo juiz.
- D) Não há ponto de comunicação entre tutela provisória e cumprimento da sentença antes de seu trânsito em julgado.
- E) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Sobre processo legislativo, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- B) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- C) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambas as casas, um terço dos votos dos seus respectivos membros.
- D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- E) É possível a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

30. A respeito de controle de constitucionalidade é correto dizer:

- A) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF, em ADI e em ADC produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, sendo indicativa para o Poder Executivo.
- B) A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual são de competência originária do STF.

- C) Demonstrado o requisito da pertinência temática, pode o governador de Estado ajuizar, perante o STF, ADI, questionando lei estadual em face da Constituição Federal.
- D) Compete aos tribunais de justiça processar e julgar a ADI contra lei municipal, caso em que devem ser considerados parâmetros constantes na lei orgânica municipal.
- E) O Presidente da República pode exercer controle judicial preventivo de constitucionalidade.

31. À luz das normas constitucionais, a respeito da Ordem Econômica e Financeira, assinale a alternativa correta.

- A) A adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto é considerada inconstitucional, por caracterizar *bis in idem*.
- B) É permitido, mediante lei estadual de iniciativa parlamentar, vincular percentual da receita do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) a fundo especial criado para suprir as necessidades de política pública de construção de moradias.
- C) Os Estados têm permissão constitucional para instituir, por lei, contribuição de intervenção no domínio econômico destinada a estimular atividades econômicas no setor de varejo.
- D) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente é admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, cabendo ao chefe do Poder Executivo definir, por meio de decreto, as situações que caracterizem aquelas hipóteses.
- E) As alíquotas das contribuições de intervenção no domínio econômico relativas às atividades de comercialização do petróleo e seus derivados poderão ser diferenciadas por produto ou uso.

32. Em relação ao Poder Judiciário, nos termos expressos na Constituição Cidadã, assinale a alternativa correta.

- A) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou sociedade de economia mista federal forem interessadas, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- B) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes no plano plurianual.
- C) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.
- D) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- E) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

33. No que tange à ordem econômica e financeira, nos moldes contidos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.